

**MÁRCIA
FELLIPE**

Fortaleza, 06 de Maio de 2022.



À

PREFEITURA MUNICIPAL CAMPOS SALES-CE

A MF SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA, CNPJ 22.413.698/0001-00, com sede na Rua Júlio Azevedo, 1730 – Coco, CEP 60192-310 – Fortaleza/CE, aqui representada pelo Senhor **RODRIGENES COSTA DE ARAUJO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliada na cidade de Fortaleza/CE, empresa que representa a artista **MARCIA FELLIPE**, por meio da presente, vem apresentar a seguinte proposta para o evento do “SHOW”, que irá se realizar no dia **29 de julho de 2022**, com duração de 1h40 min de apresentação, na cidade de **CAMPO SALES**.

DATA DO SHOW	ATRAÇÃO	HORÁRIO DO SHOW	DURAÇÃO DO SHOW	VALOR DO CACHÊ
29 de Julho	MARCIA FELIPE	A COMBINAR	01h:40Min	R\$ 200.000,00
TOTAL: R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)				

A proposta tem validade de 90 (noventa) dias contados a partir da data da assinatura.

Atenciosamente,

RODRIGENES COSTA DE ARAUJO:01857080300
Assinado de forma digital por
RODRIGENES COSTA DE
ARAUJO:01857080300
Dados: 2022.05.06 17:04:53 -03'00'

MF SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA
CNPJ 22413.698/0001-00

**MÁRCIA
FELLIPE**

Razão Social : MF SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA.
CNPJ: 22.413.698/0001-00
Endereço: R. JULIO AZEVEDO,11330
Bairro: COCÓ
Cep: 60.192.-310



PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09.2022.GOV.INEX

1 - ABERTURA:

Por ordem da Ilmo. Senhora Ordenadora de Despesas da SECRETARIA DE GOVERNO E ASSUNTOS POLÍTICOS, Sra. ROSALVA PEREIRA DE SOUSA LIMA, foi instaurado o presente processo de Inexigibilidade de licitação objetivando a **CONTRATAÇÃO DO ARTISTA MARCIA FELIPE EM RAZÃO DO EVENTO CAMP FEST 2022 DO MUNICÍPIO DE CAMPOS SALES/CE, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE GOVERNO E ASSUNTOS POLÍTICOS**, em conformidade com o Projeto Básico/Termo de Referência anexo ao processo.

A apresentação artística se realizará no dia **29 de julho de 2022**, com duração mínima de 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos

2- DA JUSTIFICATIVA:

O evento "Camp Fest 2022" é tradicional no calendário de eventos do Município. O supracitado evento é comemorado tradicionalmente na Praça Matriz, que vem anualmente reunindo um grande público, principalmente por causa da contratação de artistas renomados e reconhecidos nacionalmente e regionalmente para se apresentarem durante a festa. O objetivo do evento é promover shows culturais nos dias 26, 27, 28 e 29 de julho durante a programação de emancipação política do município que chega à marca de 123 anos.

Assim com o intuito de atender as políticas públicas culturais e sociais de Campos Sales/CE, bem como para a economia do Município com a movimentação do comércio local e da atividade turística; fomento de empregos diretos e indiretos; e aumento do fluxo da rede hoteleira e gastronômica, constatou-se a necessidade da contratação do artista, cantor e compositor MARCIA FELIPE para se apresentar durante a citada festa.

A opção pela inexigibilidade de licitação, por razões óbvias, justifica-se pelo fato da mencionada artista ser aclamada pela crítica e reconhecido nacionalmente no contexto da música de forró. Sendo reconhecida por todo o Brasil, MARCIA FELIPE tem arrastado multidões em todos os shows com a sua autenticidade, irreverência e originalidades nos palcos.

MARCIA FELIPE é um cantora e empresária do ramo do Forró Eletrônico. É considerada a nova voz do forró eletrônico. Marcinha (como é conhecida carinhosamente pelo seu público) começou sua carreira desde cedo. Em seu histórico, possui várias apresentações especiais nos principais eventos do Nordeste.

Com mais de 18 anos de carreira, MARCIA FELIPE é considerada uma das cantoras mais respeitadas no atual cenário forrozeiro, por sempre produzir o forró de qualidade para seu público. MARCIA FELIPE durante sua carreira passou por diversas bandas como Companhia do Forró, Aviões do Forró, Furacão do Forró, Garota Safada, Forró Muído e Forró da Curtição.



Atualmente a cantora está em carreira solo e soma diversos sucessos como o lançamento de "Aqui Ó Pro Meu Ex", que tornou-se um sucesso, alcançando o número 15 na Billboard Brasil Hot 100 Airplay no ano de 2015, além de lançar hits como "Vai Descendo", "Quatro Sorrisos" e "Virou Ex Perdeu a Vez" lançadas em seu 3º DVD no final de ano de 2017. Em outubro de 2018, Márcia Felipe obteve uma grande ascensão na carreira após lançar o hit "Deus Me Livre, Mas Quem Me Dera". feito pelos compositores (Romim Mata / Walber Cássio / Anderson Valente / Thalison / Xuxinha). A música conta com mais de 390 Milhões de Visualizações no YouTube e outros milhares de plays nas plataformas digitais de áudio, a música tem como participação o cantor Jerry Smith.

MARCIA FELIPE está conquistando ainda mais espaço no cenário musical e artístico brasileiro. Em 29 de abril de 2021, foi confirmada como uma das participantes da quinta temporada do reality show Power Couple Brasil da RecordTV, ao lado de seu marido Rod Bala. Eles foram o quinto casal eliminado do programa com 14,51% dos votos para ficar em uma D.R. contra Déborah Albuquerque & Bruno Salomão, Matheus Yurley & Mari Matarazzo e Mirela Janis & Yugnir Ângelo.

Atualmente a artista, soma um público de 4,9 Milhões de seguidores no Instagram, 2,95 milhões de inscritos no Youtube, 1.100.095 de ouvintes mensais na plataforma Spotify e 744.778 de fãs na plataforma Deezer, possuindo um alcance de 11.476.469 downloads na plataforma Sua Música.

É fatídica a inviabilidade de competição ao considerarmos que a artista MARCIA FELIPE realiza sua apresentação de maneira peculiar, com personalidade própria e de forma completamente privativa e criatividade ímpar e, por tais circunstâncias inexistente a remota possibilidade de comparação, ou até mesmo, o ensejo de ser estabelecido um só critério objetivo que sirva para julgamento de possíveis competidores.

Com base na justificativa desenvolvida, entendemos plenamente possível a contratação de personalidades do setor artístico, por inexigibilidade de licitação, amparada no artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93, desde que preenchidos os requisitos legais e constitucionais, e respeitada a necessidade de formalização do respectivo processo para aferição e comprovação das exigências.

3 - DO FUNDAMENTO JURÍDICO:

Como é sabido, a Licitação para contratação de obras, serviços, compras e alienações é uma exigência constitucional, para toda Administração Pública, conforme ditames do artigo 37, XXI da CF/88, e da Lei Federal nº 8.666/93, ressalvados os casos em que a administração **pode ou deve deixar de realizar licitação**, tornando-a **dispensada, dispensável e inexigível**.

"Art.37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência." E também, a seguinte:

[...]



*XXI – **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

(Grifado para destaque)

Como regra, tem-se a obrigatoriedade de licitação para a celebração de contratos administrativos. Contudo, esta norma constitucional ressalvou algumas situações em que a Administração estará isenta de realizar o procedimento licitatório, situando-se aí a inexigibilidade de licitação, disciplinada no art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada, *ipsis literis*:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública



Prefeitura Municipal de

Campos Sales

Cidade que sonha, realiza e cresce

Secretaria de Administração e Finanças
Comissão Permanente de Licitação



o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.”.

Da leitura do preceptivo legal invocado verifica-se que as hipóteses ali previstas são meramente exemplificativas, donde se conclui que qualquer caso que resulte em efetiva inviabilidade de competição ensejará a aplicação do art. 25 da Lei de Licitações, conforme a situação em concreto.

Desta forma, a realização de licitação, neste caso, restaria inócua diante da impossibilidade legal de competição.

Sobre o tema, assim se manifestou Hely Lopes Meireles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, 2ª edição, São Paulo, Malheiros, pag. 257:

“Em todos esses casos a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, pois não se pode pretender melhor proposta quando apenas um é proprietário do bem desejado pelo Poder Público ou reconhecidamente capaz de atender às exigências da Administração no que concerne à realização do objeto do contrato.”

Por fim, o inciso III, que é o objeto de interesse aqui debatido, dispõe ser inexigível a licitação “para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”.

O art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93 assim dispõe: Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: ... III – para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

A justificativa da inexigibilidade na hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, supedâneo fático para a realização do procedimento licitatório.

Desse modo, frise-se, apesar de ser inexigível o processo de licitação propriamente dito, a Administração não está totalmente livre para a escolha do contratado, devendo haver um mínimo de formalidade para possibilitar a aferição dos requisitos, os quais devem estar prontamente evidenciados no bojo do processo de inexigibilidade.

A grande preocupação na interpretação das hipóteses de inexigibilidade, sobretudo a trazida pelo inciso III, é a abrangência das expressões contidas no permissivo legal. Em verdade, trata-se de termos jurídicos indeterminados, que concedem, em tese, certa margem de discricionariedade ao administrador.

Celso Antônio Bandeira de Mello⁵, conceitua a discricionariedade administrativa como:



(...) a margem de liberdade que remanesça ao administrador para eleger, segundo critérios consistentes de razoabilidade, um, dentre pelo menos dois comportamentos cabíveis, perante cada caso concreto, a fim de cumprir o dever de adotar a solução mais adequada à satisfação da finalidade legal, quando, por força da fluidez das expressões da lei ou da liberdade conferida no mandamento, dela não se possa extrair objetivamente, uma solução única para a situação vertente.

Segundo os ensinamentos do grande autor, a fluidez das expressões legais conferem certa margem de discricionariedade ao administrador, que terá a incumbência de, no caso concreto, escolher a solução ótima dentre as possíveis.

Diante disso, é possível traçar alguns parâmetros para que se verifique a conformidade da contratação de artistas (para a realização de "shows" e eventos) com a Constituição da República e com a Lei nº 8.666/93, quais sejam:

- i) contrato firmado pelo próprio contratado ou por meio de empresário exclusivo;*
- ii) consagração da Banda pela crítica especializada ou pela opinião pública;*
- iii) razão da escolha do profissional do setor artístico;*
- iv) justificativa de preço;*
- v) publicidade da contratação; e*
- vi) comprovação da aplicação do mínimo constitucional nas áreas de saúde e educação.*

Sobre a relatividade da análise da consagração da Banda, escreve José dos Santos Carvalho Filho:

Entendemos que consagração é fator de extrema relatividade e varia no tempo e no espaço. Pode um artista ser reconhecido, por exemplo, apenas em certos locais, ou por determinado público ou críticos especializados. Nem por isso deverá ele ser alijado de eventual contratação. A nosso sentir, quis o legislador prestigiar a figura da Banda e de seu talento pessoal, e, sendo assim, a arte a que se dedica acaba por ter prevalência sobre a consagração.

De fato, não há um conceito padrão sobre o que seria "consagração pela crítica especializada" ou "consagração pela opinião pública". Como afirmado alhures, são termos jurídicos indeterminados, que possibilitam certa dose de subjetivismo.

Do exposto, conclui-se possibilidade da contratação sob o manto do inciso III do art. 25 da Lei de Licitações.

4 – DA RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO:

Por se tratar de empresa com exclusividade quanto à banda relacionada conforme documentação apresentada, dentro dos parâmetros da Lei 8.666/93, inclusive com apresentação de artista renomado nacionalmente e dos eventos do interesse desta Municipalidade.



O resultado final do processo de credenciamento culminou na escolha da empresa que representa a Banda, que recaiu sobre:

RESULTADO FINAL		
Nº	NOME DO PROPONENTE	CPF Nº
01	MF SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA	22.413.698/0001-00

Ressalta-se que a empresa acima mencionada é detentora exclusiva do show conforme documentação em anexo aos autos.

5 – DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO:

A responsabilidade e o eficiente emprego dos recursos do Erário Municipal deve ser meta permanente de qualquer administração.

Como se sabe, tendo em vista que o objetivo dos procedimentos licitatórios é selecionar a proposta mais vantajosa à administração, e considerando o caráter excepcional das ressalvas de licitação, sendo a justificativa do preço um dos requisitos indispensáveis à formalização desses processos, a teor do inciso III, do parágrafo único do artigo 26 da lei de licitações.

Por ser causa de inexigibilidade, não há que se comparar preço com outros, uma vez que cada banda possui sua singularidade, porém, cabe a administração, comprovar se o preço ofertado pela mesma, encontra-se dentro dos padrões do mercado local e ou regional.

Os preços praticados pela empresa acima citada são vantajosos para a Administração, porque acompanham a média dos preços praticados pelas empresas do ramo, inclusive pelo próprio, conforme comprovado mediante cópia das notas fiscais de prestação de serviços semelhantes ao mesmo objeto, conforme constam dos autos.

VALOR GLOBAL DO PROCESSO: R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS), sendo:

- a. **MF SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA: R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS).**

6 – DOS DOCUMENTOS DO PROCESSO

Conforme faz constar nos autos, segue a documentação comprobatória.

7 – DA VIGÊNCIA DO PROCESSO



7.1. O contrato decorrente deste procedimento terá vigência de **120 (CENTO E VINTE) DIAS**, podendo ser prorrogado, conforme estabelecido na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8 – DO PREÇO, DO PAGAMENTO, REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

8.1. **PREÇOS:** Os preços a serem pagos levarão em conta os valores já previamente fixados no Projeto Básico/Termo de Referência, bem como, a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, direitos autorais, deslocamentos de pessoal e material, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o objeto, inclusive a margem de lucro.

8.2. **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado até a realização do evento/show artístico, devidamente atestado pelo responsável pela fiscalização do mesmo e mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura e contrato assinado, observadas as disposições contratuais, através de crédito na Conta Bancária do Contratado.

8.3. O pagamento poderá ser realizado de forma antecipada em virtude de ser condição sem a qual não seria possível assegurar a prestação do serviço artístico, em virtude dos custos de pré-produção do espetáculo e ser realidade contratual atual da indústria fonográfica. Ressalte-se que o contrato observará cautelas, como a previsão de devolução do valor pago antecipadamente em caso de não ser executado o objeto. Ademais, a antecipação do pagamento propiciará à Administração Pública sensível economia de recursos para a prestação do serviço, visto que acarretará segurança à contraprestação ao contratado.

8.3.1. O pagamento será realizado mediante a documentação exigida pelo setor competente da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS SALES**.

8.4. **REAJUSTE:** Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste.

8.5. **REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

9 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS:

Os recursos necessários ao custeio da despesa oriunda com a presente contratação encontram-se devidamente alocados no orçamento municipal para o exercício de 2022 do **SECRETARIA DE GOVERNO E ASSUNTOS POLÍTICOS**, classificados sob o código:

ÓRGÃO	UNIDADE E ORÇ.	FUNÇÃO PROGRAMÁTICA DO PROJETO	FONTE	ELEMENTO DE DESPESAS	SUBELEMENTO	VALOR ESTIMADO
02	01	0412204022.002 - COORDENACAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA D E GOVERNO E ASSUNTOS POLITICOS	1.500.000 0.00	3.3.90.39.00 OUTROS SERVIOS TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	3.3.90.39.99	200.000,00



Prefeitura Municipal de

Campos Sales

Cidade que sonha, realiza e cresce

Secretaria de Administração e Finanças

Comissão Permanente de Licitação



VALOR TOTAL ESTIMADO

200.000,00

CAMPOS SALES/CE, 25 DE MAIO DE 2022.

Calixto
LUCLESSIAN CALIXTO DA SILVA ALVES
PRESIDENTE DA CPL



PARECER

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09.2022.GOV.INEX

RELATÓRIO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO deliberou nos autos do processo administrativo referente à **Contratação do artista MARCIA FELIPE em razão do CAMP FEST 2022 do Município de Campos Sales/CE, de interesse da SECRETARIA DE GOVERNO E ASSUNTOS POLÍTICOS**, sugerindo que a contratação se efetivasse através de Inexigibilidade de Licitação, por se tratar da hipótese prevista no Artigo 25, III, bastando para tanto a contratação imediata, após publicação de tal procedimento, observados preços e condições compatíveis com as praticadas no ramo.

É o relatório.

PARECER

À luz da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada, a licitação é, em regra, indispensável, ressalvadas as hipóteses legais em que a Administração não estará obrigada a realizar o procedimento licitatório, como no caso das inexigibilidades de licitação previstas no art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

A matéria sub exame encontra regra no inciso III do art. 25 da Lei de Licitações que estabelece que as contratações firmadas pela Administração, quando a competição quedar inviável, serão processadas mediante inexigibilidade de licitação.

Desta forma, em se verificando a documentação acostada aos autos do Processo Administrativo de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 09.2022.GOV.INEX**, destinado a **Contratação do artista MARCIA FELIPE em razão do CAMP FEST 2022 do Município de Campos Sales/CE, de interesse da SECRETARIA DE GOVERNO E ASSUNTOS POLÍTICOS**, e estando este de acordo com os ditames da Lei nº 8.666/93, e suas demais alterações, especialmente com o Art. 25, inciso III, cumprindo o rito estabelecido pelo Art. 26, seu parágrafo único e incisos do mesmo diploma legal.

Ora, tal hipótese demonstra uma absoluta inviabilidade de competição. Seria mesmo impossível haver comparação entre as performances artísticas



de diversos profissionais do setor de forma a tornar viável a abertura de eventual procedimento licitatório.

"artista, nos termos da lei, é o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública" (Contratação Direta sem Licitação: modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação. 5 ed. Brasília : Editora Brasília Jurídica, 2000, p. 532). (negritamos)

A respeito disso, Marçal Justen Filho alerta que:

"tal medida se destina a evitar contratações arbitrárias, em que uma autoridade pública pretenda impor preferências totalmente pessoais na contratação de pessoas destituída de qualquer virtude. Exige-se que ou a crítica especializada ou a opinião pública reconheçam que o sujeito apresenta virtudes no desempenho de sua arte" (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 3 ed. Rio de Janeiro : Aide, 1994, pp. 170 e 172). (negritamos)

O saudoso mestre Hely Lopes Meirelles, em sua obra "Licitação e Contrato Administrativo", assim trata acerca do assunto, senão vejamos:

"A atual lei, endossando a doutrina, que equipara os trabalhos artísticos aos serviços técnicos profissionais especializados (cf. cap. II, item 3.2.2), prescreve a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de seu empresário. O essencial para legitimar a dispensa do procedimento licitatório é que a Banda seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública." (Licitação e Contrato Administrativo - 14ª edição, atualizada por Eurico de Andrade Azevedo e Vera Monteiro, 2ª tiragem - página 127) (negritamos)

Ainda opinião compartilhada por Hely Lopes Meirelles que nos apresenta o seguinte comentário:

Em todos esses casos a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, pois não se pode pretender melhor proposta quando apenas um é proprietário do bem desejado pelo Poder Público, ou reconhecidamente capaz de atender às exigências da Administração no que concerne à realização do objeto do contrato (2006, p.284).

A mais, quanto à minuta do contrato vislumbro o atendimento dos requisitos estabelecidos no artigo 55 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

B



Prefeitura Municipal de

Campos Sales

Cidade que sonha, realiza e cresce

Secretaria de Administração e Finanças
Comissão Permanente de Licitação



Ressalta-se que pela redação do art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, para a contratação de profissional do setor artístico é preciso:

- i) contrato firmado pelo próprio contratado ou por meio de empresário exclusivo;
- ii) consagração da Banda pela crítica especializada ou pela opinião pública;

Além desses requisitos, é preciso que a contratação observe ainda o disposto no art. 26, também da Lei nº 8.666/93, que assevera:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;*
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;*
- III - justificativa do preço.*
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados*

Desta feita, devolvo o expediente à comissão processante do feito para adoção das providências estabelecidas no caput do art. 26 do mesmo diploma legal, i.e., comunicação à autoridade superior, no prazo de 03 (três) dias, e, caso ratificado, publicação no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da do ato administrativo que reconheceu a Inexigibilidade de licitação.

É o nosso Parecer.

Campos Sales/CE, 25 DE MAIO DE 2022.


DOMINGOS SAVIO RIBEIRO LEITE
PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS SALES



Prefeitura Municipal de

Campos Sales

Cidade que sonha, realiza e cresce

Secretaria de Administração e Finanças
Comissão Permanente de Licitação



DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

A Sra. LUCLESSIAN CALIXTO DA SILVA ALVES, PRESIDENTE DA CPL da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS SALES/CE, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando tudo o mais que consta do presente PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE Nº 09.2022.GOV.INEX, vem emitir a presente DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no Artigo 25, III, da Lei nº. 8.666/93, objetivando a CONTRATAÇÃO DO ARTISTA MARCIA FELIPE EM RAZÃO DO CAMP FEST 2022 DO MUNICÍPIO DE CAMPOS SALES/CE, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE GOVERNO E ASSUNTOS POLÍTICOS, em favor de MF SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. C.N.P.J: 22.413.698/0001-00. **ENDEREÇO:** RUA JULIO AZEVEDO 1730, COCO, FORTALEZA - CE, CEP: 60.192-310. **REPRESENTANTE:** RODRIGUES COSTA DE ARAUJO – CPF: 018.570.803-00; **Forma de execução:** A execução se procederá conforme Projeto Básico/Termo de Referência e com a Proposta de Preços apresentada. **VALOR GLOBAL:** R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS). Despesa a ser custeada com recursos devidamente alocados no orçamento municipal para o exercício de 2022 da SECRETARIA DE GOVERNO E ASSUNTOS POLÍTICOS, classificados sob os códigos: 02.01.0412204022.002: ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00 – FONTE 1500.0000.00 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS. Dá conhecimento do inteiro teor da presente declaração, para que se proceda, se de acordo, à devida ratificação.

CAMPOS SALES/CE, 25 DE MAIO DE 2022.

LUCLESSIAN CALIXTO DA SILVA ALVES
PRESIDENTE DA CPL



Prefeitura Municipal de

Campos Sales

Cidade que sonha, realiza e cresce

Secretaria de Administração e Finanças
Comissão Permanente de Licitação



TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Excelentíssima Senhora Secretária da SECRETARIA DE GOVERNO E ASSUNTOS POLÍTICOS do Município de Campos Sales/CE, Estado do Ceará, a Sra. ROSALVA PEREIRA DE SOUSA LIMA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o que determina o artigo 26 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações, bem como considerando o que consta do **Processo Administrativo de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 09.2022.GOV.INEX** vem **RATIFICAR A DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** fundamentada no **Artigo 25, III da Lei nº. 8.666/93**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DO ARTISTA MARCIA FELIPE EM RAZÃO DO EVENTO CAMP FEST 2022 DO MUNICÍPIO DE CAMPOS SALES/CE, DE INTERESSE DA SECRETARIA DE GOVERNO E ASSUNTOS POLÍTICOS**, em favor de **MF SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA. C.N.P.J: 22.413.698/0001-00. ENDEREÇO: RUA JULIO AZEVEDO 1730, COCO, FORTALEZA - CE, CEP: 60.192-310. REPRESENTANTE: RODRIGUES COSTA DE ARAUJO – CPF: 018.570.803-00; Forma de execução: A execução se procederá conforme Projeto Básico/Termo de Referência e com a Proposta de Preços apresentada. VALOR GLOBAL: R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS). Despesa a ser custeada com recursos devidamente alocados no orçamento Municipal para o exercício de 2022 da SECRETARIA DE GOVERNO E ASSUNTOS POLÍTICOS, classificado sob os códigos: 02.01.0412204022.002: ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00.00 – FONTE 1500.0000.00 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS. Determinando que se proceda à publicação do devido extrato na forma da lei.**

CAMPOS SALES/CE, 25 DE MAIO DE 2022.

ROSALVA PEREIRA DE SOUSA LIMA
SECRETARIA DE GOVERNO E ASSUNTOS POLÍTICOS